

# (Provisório)

## SUMÁRIO

### *Capítulo 1*

Fazenda Pública .....	27
1. GENERALIDADES .....	27
2. ENTES QUE COMPÕEM A FAZENDA PÚBLICA .....	27
3. A (RE)PRESENTAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO .....	30
3.1. A posição constitucional da advocacia pública .....	40
3.2. Procuradores dos órgãos legislativos e dos tribunais de contas .....	43

### *Capítulo 2*

Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo .....	47
1. GENERALIDADES .....	47
2. FUNDAMENTOS JUSTIFICADORES .....	47
3. PRAZOS .....	49
3.1. Forma de contagem dos prazos processuais .....	49
3.2. Suspensão dos prazos processuais .....	50
3.3. Prazos diferenciados para a Fazenda Pública .....	51
3.3.1. Exceções no próprio CPC .....	52
3.3.1.1. Prazo para propositura da Ação Rescisória ....	53
3.3.2. Exceções em legislação esparsa e consagradas pela jurisprudência .....	54
4. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS .....	54
4.1. Citação .....	55
4.2. Intimações .....	58
4.2.1. Intimação promovida pelo advogado .....	61
5. DESPESAS PROCESSUAIS .....	61

5.1.	Adiantamento das despesas .....	62
5.1.1.	Atos praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública .....	62
5.2.	Preparo recursal e porte de remessa e retorno .....	64
5.3.	Despesas em sentido estrito .....	65
5.3.1.	Adiantamento dos honorários do perito em Ação Civil Pública .....	67
5.3.2.	Adiantamento dos honorários do perito em caso de beneficiário da justiça gratuita .....	67
5.4.	Depósito para a propositura de ação rescisória .....	68

### **Capítulo 3**

<b>Prescrição e decadências em demandas envolvendo a Fazenda Pública .....</b>	<b>69</b>
<b>1. GENERALIDADES .....</b>	<b>69</b>
<b>2. DIREITO POTESTATIVO E DIREITO SUBJETIVO .....</b>	<b>70</b>
2.1. Ação condenatória, ação constitutiva e ação declaratória.....	71
<b>3. NOTA SOBRE O CONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA NO CPC .....</b>	<b>73</b>
<b>4. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>74</b>
4.1. Interrupção da prescrição .....	75
4.2. Ação de reparação civil contra a Fazenda Pública.....	76
4.2.1. Ação de reparação em razão de fatos ocorridos durante o período de ditadura militar .....	78
4.3. Relações de trato sucessivo .....	79
4.3.1. Prescrição do fundo do direito .....	80
4.3.2. Ato de efeitos concretos .....	82
4.4. Prescrição da pretensão executiva.....	82
<b>5. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO FIRMADO ENTRE O PARTICULAR E O PODER PÚBLICO .....</b>	<b>82</b>

### **Capítulo 4**

<b>Parte Geral do CPC e Fazenda Pública .....</b>	<b>85</b>
<b>1. GENERALIDADES .....</b>	<b>85</b>
<b>2. FAZENDA PÚBLICA E SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS ...</b>	<b>86</b>
2.1. Interesse público e transigibilidade.....	86
2.2. Autocomposição em matéria de direito público .....	87

<b>3. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E FAZENDA PÚBLICA.....</b>	<b>91</b>
3.1. Os requisitos da negociação .....	91
3.2. Previsão normativa .....	92
3.3. Disposição de prerrogativas.....	93
3.4. Portarias PGFN nº 360/2018 e nº 742/2018.....	95
3.5. Negócios sobre processos <i>indeterminados, mas determináveis</i> – os protocolos institucionais .....	97
3.5.1. A previsão legal sobre os protocolos institucionais e um caso paradigmático.....	98
3.5.2. Convênios para a prática de atos processuais.....	100
<b>4. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>101</b>
4.1. Competência em razão da pessoa .....	102
4.1.1. Exceções à competência constitucionalmente delimitada.....	103
4.1.2. Intervenção da União e deslocamento de competência .....	105
4.1.3. Delegação de competência federal a Juízos Estaduais .....	107
4.1.4. Varas da Fazenda Pública na Justiça Estadual .....	109
4.2. Competência em razão do território .....	110
4.2.1. Demandas em que figuram como parte os Estados e o Distrito Federal e um problema de federalismo processual.....	112
<b>5. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....</b>	<b>115</b>
5.1. Intervenção anômala ou especial da Fazenda Pública.....	116
5.1.1. Legitimidade .....	116
5.1.2. Procedimentos que admitem a intervenção .....	117
5.1.3. Demonstração de interesse econômico.....	118
5.1.4. Atuação do interveniente.....	119
5.1.4.1. Deslocamento de competência em caso de recurso e o conflito entre critérios de fixação de competência absoluta.....	119
5.1.5. A intervenção anômala comparada à assistência e à intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	122
5.2. Denúnciação da lide promovida pela Fazenda Pública.....	123
<b>6. TUTELA PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....</b>	<b>126</b>
6.1. Tutela provisória e obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa diferente de dinheiro .....	126

6.1.1. Responsabilidade pelos eventuais prejuízos.....	128
6.2. ADC nº 4 e ADI nº 4296.....	130
6.3. Limitações à concessão de tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	132
6.3.1. Lei nº 8.437/92.....	133
6.3.2. Lei nº 9.494/97.....	136
6.3.3. Lei nº 12.016/2009.....	139
6.3.4. Ações possessórias – o art. 562, p.ú. do CPC.....	142
6.3.5. O art. 1.059 do CPC.....	142
6.4. Estabilização da tutela antecipada antecedente.....	144
6.5. Tutela de evidência.....	145
6.6. Meios de impugnação à decisão que concede a tutela provisória.....	147
6.7. Síntese: tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	147
<b>7. HONORÁRIOS NAS DEMANDAS ENVOLVENDO A FAZENDA PÚBLICA.....</b>	<b>150</b>
7.1. Forma de cálculos dos honorários.....	152
7.1.1. Fixação de honorários por equidade.....	154
7.1.2. Execução de obrigação de pagar contra a Fazenda Pública.....	158
7.1.3. Honorários recursais.....	162
7.2. Honorários de titularidade da advocacia pública.....	164
7.3. Dispensa de honorários quando a fazenda pública federal reconhece a procedência do pedido.....	166
<b>Capítulo 5</b>	
<b>Processo de Conhecimento e Fazenda Pública.....</b>	<b>169</b>
<b>1. GENERALIDADES.....</b>	<b>169</b>
<b>2. AUDIÊNCIA PRÉVIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.....</b>	<b>169</b>
2.1. Audiência prévia como ato necessário do procedimento.....	171
2.2. Multa pelo não comparecimento à audiência prévia.....	173
<b>3. REVELIA.....</b>	<b>175</b>
3.1. Efeito material da revelia.....	175
3.2. Efeito processual da revelia.....	178
3.3. Produção de provas pelo revel.....	179

4.	ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA.....	179
5.	COISA JULGADA NAS RELAÇÕES DE TRATO CONTINUADO E A CESSAÇÃO DE SUA EFICÁCIA PELA SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DO STF (TEMAS 881 E 885 DA REPERCUSSÃO GERAL) .....	181
6.	REMESSA NECESSÁRIA .....	185
6.1.	Cabimento .....	186
6.1.1.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	187
6.2.	Natureza jurídica.....	189
6.2.1.	Apelação parcial e remessa necessária.....	191
6.2.2.	Interposição de Recursos Excepcionais em sede de remessa necessária .....	192
6.2.3.	Impossibilidade de <i>reformatio in pejus</i> .....	193
6.3.	Casos em que não haverá remessa necessária .....	193
6.4.	Disposição de remessa necessária .....	196
6.5.	LEGISLAÇÃO ESPARSA .....	199
6.5.1.	Ação Popular e Ação Civil Pública .....	199
6.5.2.	Mandado de Segurança .....	199
6.5.3.	Juizados Especiais .....	200
6.5.4.	Arbitragem.....	201

## Capítulo 6

	Tutela Executiva e Fazenda Pública .....	203
1.	GENERALIDADES.....	203
2.	IMPENHORABILIDADE DOS BENS PÚBLICOS .....	203
3.	TUTELA EXECUTIVA .....	204
4.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA .....	205
4.1.	Impugnação ao cumprimento de sentença .....	207
4.1.1.	Excesso de execução – quantia superior .....	210
4.1.2.	Inexigibilidade da obrigação fundada em lei ou ato inconstitucional .....	212
4.1.3.	Limitação do litisconsórcio multitudinário .....	213
4.1.4.	Efeito suspensivo da impugnação.....	214
4.2.	Cumprimento provisório .....	215
5.	PROCESSO DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	216
5.1.	Embargos à Execução .....	216

5.1.1.	Efeito suspensivo dos embargos à execução.....	219
6.	<b>EXCEÇÃO OU OBJEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....</b>	<b>220</b>
7.	<b>EXECUÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS DIVERSOS.....</b>	<b>221</b>
8.	<b>ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES PELA FAZENDA PÚBLICA.....</b>	<b>221</b>
8.1.	Obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa diferente de dinheiro.....	222
8.2.	Obrigações de pagar.....	223
8.2.1.	Precatórios.....	223
8.2.1.1.	Correção monetária e juros.....	228
8.2.1.2.	Atuação do Presidente do Tribunal na gestão dos precatórios.....	232
8.2.1.3.	Impossibilidade de fracionamento dos precatórios.....	235
8.2.1.4.	Maneiras diversas de utilização de créditos em face da Fazenda Pública.....	237
8.2.1.5.	Cessão de precatório.....	238
8.2.1.6.	Assunção de débitos pela União.....	240
8.2.1.7.	Comprometimento das contas públicas e re-financiamento pelo ente público.....	241
8.2.1.8.	Fracionamento de precatórios de alto valor.....	244
8.2.1.9.	Emenda Constitucional nº 62/2009 e ADIs nº 4.357 e nº 4.425.....	245
8.2.1.10.	Intervenção pelo não pagamento dos precatórios.....	252
8.2.1.11.	Inconstitucionalidade do <i>cancelamento au-tomático</i> dos precatórios e RRPV federais depositados há mais de dois anos.....	252
8.2.2.	Requisições de pequeno valor.....	254
8.2.2.1.	Renúncia a parcela do crédito.....	258
8.2.2.2.	Execução invertida ou cumprimento por iniciativa do devedor.....	258
8.2.3.	Emendas Constitucionais nº 113/2021 e nº 114/2021 ..	260
8.2.3.1.	Destinação do precatório/RPV emitido em favor de devedores do Fisco.....	261
8.2.3.2.	Aproveitamento consensual de valores devidos por um ente a outro.....	262

8.2.3.3. Imposição temporária de limites para alocação de despesas com o pagamento de precatórios.....	265
8.2.3.4. Precatórios Federais decorrentes de demandas de complementação do FUNDEF .....	270

## **Capítulo 7**

<b>Execução Fiscal.....</b>	<b>273</b>
<b>1. GENERALIDADES.....</b>	<b>273</b>
<b>2. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA) .....</b>	<b>274</b>
2.1. Protesto de CDA.....	276
<b>3. LEGITIMIDADE .....</b>	<b>278</b>
<b>4. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>281</b>
<b>5. INTIMAÇÃO PESSOAL .....</b>	<b>283</b>
<b>6. PROCEDIMENTO .....</b>	<b>284</b>
<b>7. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL NA EXECUÇÃO FISCAL.....</b>	<b>293</b>
7.1. Fraude à execução fiscal .....	294
7.1.1. Enunciado nº 375 da Súmula do STJ.....	296
<b>8. ORDEM PREFERENCIAL DE PENHORA.....</b>	<b>297</b>
8.1. Substituição da penhora por dinheiro, fiança bancária e seguro-garantia .....	299
8.2. Nomeação de bens de terceiro .....	302
8.3. Impugnação da avaliação .....	303
<b>9. REUNIÃO DE EXECUÇÕES.....</b>	<b>304</b>
<b>10. DEFESA DO EXECUTADO – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL.....</b>	<b>304</b>
10.1. Embargos à execução fiscal por carta.....	311
<b>11. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....</b>	<b>311</b>
11.1. Temas 566 a 571 dos Recursos Repetitivos.....	316
<b>12. CONCURSO DE PENHORAS E CONCURSO DE CREDORES .....</b>	<b>320</b>
<b>13. EXPROPRIAÇÃO .....</b>	<b>324</b>
<b>14. SENTENÇA, RECURSOS E COISA JULGADA.....</b>	<b>326</b>

## **Capítulo 8**

<b>Medida Cautelar Fiscal.....</b>	<b>329</b>
<b>1. GENERALIDADES.....</b>	<b>329</b>

2. LEGITIMIDADE .....	330
3. COMPETÊNCIA .....	330
4. TUTELA DE URGÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA .....	331
4.1. Constituição do crédito tributário e hipóteses excepcionais.....	333
4.2. Discussão administrativa do crédito constituído .....	334
5. PROCEDIMENTO .....	335
5.1. Medida cautelar antecedente.....	335
5.2. Medida cautelar incidental .....	338
5.3. Decisão <b>liminar</b> .....	<b>338</b>
5.4. Efeitos da concessão da medida.....	339
5.4.1. Prestação de garantia.....	342
6. CESSAÇÃO DA EFICÁCIA DA MEDIDA CAUTELAR .....	343

### Capítulo 9

Mandado de Segurança .....	345
1. GENERALIDADES .....	345
2. CABIMENTO .....	345
3. LEGITIMIDADE .....	350
3.1. A autoridade coatora .....	352
3.1.1. Teoria da encampação.....	355
4. COMPETÊNCIA .....	357
5. VEDAÇÕES AO MANEJO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	359
6. TUTELA PROVISÓRIA .....	362
7. PRAZO PARA IMPETRAÇÃO.....	364
8. PROCEDIMENTO .....	365
8.1. Carga eficaz da sentença em mandado de segurança.....	371
8.2. Litisconsórcio .....	372
8.3. Competência originária de tribunal .....	373
8.4. Regime recursal.....	374
9. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO .....	378

### Capítulo 10

Incidente de suspensão de decisões contra o Poder Público.....	383
1. GENERALIDADES .....	383

---

<b>2. NATUREZA JURÍDICA E CONTORNOS BÁSICOS.....</b>	<b>383</b>
<b>3. LEGITIMIDADE .....</b>	<b>385</b>
<b>4. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>386</b>
<b>5. CABIMENTO .....</b>	<b>387</b>
<b>6. PROCEDIMENTO .....</b>	<b>388</b>
6.1. Paralelismo entre o pedido de suspensão e o recurso na demanda originária .....	391
6.2. Regime recursal.....	392
6.3. Suspensão de múltiplas decisões.....	395
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>397</b>